

# Agenda sobre expansão da educação básica nos manifestos eleitorais: “direita-esquerda” em Moçambique e no Brasil (2014-2018)

Agenda on the expansion of basic education in election manifests: “left right” wings in Mozambique and Brazil (2014-2018)

*Jonas António Francisco\**

**Resumo:** o tema do presente artigo versa sobre agenda sobre expansão da educação básica nos manifestos eleitorais: “direita-esquerda” em Moçambique e no Brasil (2014-2018). Pretende analisar como o direito à educação tem sido proposto por atores partidários (políticos), a partir dos manifestos eleitorais. Especificamente visa a identificar as propostas, metas para a oferta da educação básica e, descrever as relações da agenda partidária (esquerda/direita) com projetos educacionais em contextos nacionais e/ou com agenda globalmente estruturada da educação. Metodologicamente é um estudo comparativo, por via das dimensões de esquerda-direita e mecanismos de gestão propostos. Pode-se, no fim, explicar como as propostas partidárias nem sempre identificam a ideologia partidária, em Moçambique e no Brasil.

**Abstract:** the theme of this article is about the agenda on expansion of basic education in electoral manifests: “right-left” wing in Mozambique and Brazil (2014-2018). It aims to analyze how the right to education has been proposed by partisan (political) actors, based on electoral manifest. Specifically it aims to identify the proposals, goals for the provision of basic education and to describe the relations of the party agenda (left/right wing) with educational projects in national contexts and/or with a globally structured education agenda. Methodologically it is a comparative study, through the left-right wing dimensions and proposed management mechanisms. In the end, one can explain how party proposals do not always identify party ideology in Mozambique and Brazil.

**Palavras-chave:** Moçambique-Brasil. Educação básica. Manifestos eleitorais. Direita-esquerda.

**Keywords:** Mozambique-Brazil. Basic education. Electoral manifests. Right-left wing.

## Introdução

Neste artigo pretendemos analisar como o direito à educação tem sido proposto por atores partidários (políticos), a partir dos manifestos eleitorais. A relação entre o processo de formulação de políticas de expansão da educação básica e as propostas partidárias tem permitido fazer estudos comparativos que podem visualizar ou não a tendência ideológica ao espectro político

---

\* Nascido a 17 de outubro de 1979, em Dómuè-Angónia-Tete (Moçambique), em 1989, iniciou seus estudos primários no Njati Refugees Camp School - Dedza / Malawi, e entre 1994-1997 fez Ensino Fundamental na Escola da Missão de Lifidzi. De 2001 a 2002, cursou o Ensino Médio na Escola Secundária de Ulónguè-Tete. É graduado em Planificação, Administração e Gestão Educacional (UP Moçambique), Mestre em Educação Social (UFMS), desde 2018 participa do PASE/FAE - Doutorando em Conhecimento e Inclusão Social (UFMG). Docente na FEP-UniRovuma, desde 2011. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-5486-9057>>. E-mail: [jonas79angonia@gmail.com](mailto:jonas79angonia@gmail.com)

dos governos formados, após eleições, tanto em Moçambique como no Brasil. Portanto, essa tendência comparativa nos remete, num primeiro momento, identificar, nos manifestos eleitorais dos dois países (2014-2019 e 2019-2022), as propostas; as metas; finalidades e meios para a educação básica, para depois, descrever as (não) aproximações dos projetos com às relações ideológicas social e/ou capital, a partir da linha dos partidos, tendentes à direita, esquerda ou ao centro, e, no fim; explicar as (dis)semelhanças e enfoques entre os dois contextos. Tentaremos discutir alguns fundamentos teóricos, metodológicos sobre a formulação das Políticas Públicas de Educação, baseados em pressupostos teóricos de estudos de políticas educacionais, mas sempre tendo em conta a perspectiva comparada.

Foram escolhidas seis propostas eleitorais; três para cada contexto, sendo, teoricamente partidos de direita, do centro e da esquerda; nomeadamente: PSDB; Coligação Unidos para Transformar o Brasil (REDE/PV); Coligação o Povo Feliz de Novo (PT/PCdoB/PROS) e RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana); MDM (Movimento Democrático de Moçambique) FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique).

## Relação entre a agenda política e as políticas para a educação (básica)

A pesquisa surge devido às inquietações que o proponente teve nos conteúdos sobre formulação de políticas públicas, também designada por política social<sup>1</sup>. De forma específica, no contexto do processo de massificação de ensino – educação básica (1<sup>a</sup> até a 7<sup>a</sup> série) –, em Moçambique, observou-se que o papel da Política nas Políticas Educacionais se caracteriza mais para o capital, mesmo com a FRELIMO no poder há cinco legislaturas, embora esse partido seja ideologicamente de cariz social – esquerda.

A categorização dos partidos políticos em tipologias acaba por limitar a compreensão das diferenças entre as organizações presentes em um mesmo sistema partidário (ou sistemas partidários), pois aproximam estruturas partidárias diferentes ao classificá-las no mesmo grupo. As tipologias indicam mais os caminhos percorridos pelos maiores partidos políticos em busca dos recursos necessários para sua sobrevivência do que características estruturais. Apesar de tocarem nesse ponto, há pouca discussão sobre suas estruturas com a tipologia do partido cartel, limitando-se a apontar o declínio dos partidos políticos por causa da diminuição do número de seus filiados e o crescente financiamento estatal. (MAYER, 2013, p. 157)

Ademais, tem sido comum associar a especificidade da educação como política social que se constitui fonte de barganha dos projetos hegemônicos. Dificilmente o espectro político partidário não se identifica muito a formulação e implementação de políticas educacionais. Mais preocupante ainda, após leituras de textos que relacionam o Poder Legislativo e “poder” institucional de agenda de Políticas Sociais, tanto o Brasil como Moçambique, muitos autores afirmam que o executivo se sobrepõe ao Legislativo na aprovação de propostas. Tal executivo, via norma, sai do

---

<sup>1</sup> Nos manifestos a serem analisados aparecem de formas muito distintas, em algumas vezes acopladas à política econômica, nomeadamente do PSDB, para o caso do Brasil e, do MDM para o caso moçambicano. Não obstante, nossa análise particularizará a concepção da política educacional, enquanto Política Social.

Agenda sobre expansão da educação básica nos manifestos eleitorais: “direita-esquerda” em Moçambique e no Brasil (2014-2018)

processo eleitoral que se apresenta via manifestos eleitorais (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1999; OLIVEIRA, 2008; OLIVEIRA, 2009).

Pressupõe-se, segundo os autores acima mencionados, que independentemente de contestável, devido, não poucas vezes, a disciplina partidária; coalizações governamentais; funcionalidade do presidencialismo tipo “parlamentarismo” – há uma tendência de **patronagem**<sup>2</sup> – em que o congresso, por exemplo, não tem sido um obstáculo para a aprovação da agenda do executivo; os manifestos tem se constituído a base da agenda de políticas públicas para os mandatos posteriores (SANTOS, 1997; FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999). Há, nesse entendimento, uma percepção de que os manifestos eleitorais podem vislumbrar a direção da educação e, da **expansão da educação básica**, tendente ao social/capital, para socialização/mercantilização, enfim: direita/centro/esquerda, ou, outros enfoques (GOUVEIA, 2008).

A classificação esquerda-centro-direita, embora não seja recente, na Ciência Política, segundo Mayer (2013), não tem sido fácil ter delimitações pouco ambíguas. Neste artigo não conseguimos trazer as tipologias partidárias como limite de comparação. Entendemos que a esquerda seja atribuída àqueles partidos cuja ideologia se identifica mais com o social e, aos que se identificam com o capital, como da direita. Sendo sempre difícil, há aqueles partidos que, tendo sua origem tanto num como noutro polo, por vários fatores, se deslocam para tendências mais ou menos distantes dos polos; a esses partidos, nosso estudo corrobora com Mayer (2013), Gouveia (2008); Neves (2010) Rodrigues (2009) – são os do centro. No concernente a essas tendências de esquerda-centro-direita é preciso entender que “os partidos adaptaram sua organização como forma de responder às novas demandas e desafios pelo ambiente institucional e social.” (MAYER, 2013, p. 144-145)

De forma mais específica, via histórica e pela prática de Moçambique, por exemplo, passadas cinco legislaturas<sup>3</sup>; tem sido notório que a disputa eleitoral tem dado destaque para o social, sobretudo nos discursos das campanhas eleitorais, tanto de candidatos da direita como os da esquerda, mesmo que não se identifiquem com tendências para o centro. Sob o mesmo olhar, Gonzalez (s.d, p. 1) afirma que, no Brasil, “[...] apesar de haverem diferenças significativas, em termos de projeto de sociedade, entre diversos partidos, o discurso de seus representantes não explicavam claramente essas diferenças.” Não obstante tem sido comum, em estudos de Políticas Públicas, que abordam as mudanças econômicas, no contexto da mundialização do capital, que tais *modus operandi*, ou os novos modos de regulação das políticas públicas no contexto de mudanças advindas das transformações no capitalismo, se revelam o epicentro da nova agenda globalmente estruturada da educação .

Recorrendo a Dale (2004), tanto como tem acontecido no cenário mundial, Moçambique tem vivido um intenso processo de inserção na industrialização, a exemplo de outros países periféricos que se inseriram completamente na lógica de desenvolvimento capitalista. Parece que, nesse contexto, as medidas adotadas nos manifestos eleitorais procuraram incrementar o acesso de todos ao ensino formal, como forma de atender as demandas do capital. Em relação a isso, as questões que nortearam o estudo, neste artigo se circunscreveram no seguinte: como têm sido

<sup>2</sup> Trata-se de uma tendência do presidencialismo que, por via de um presidente eleito (executivo) que consiste em “articular uma coalização de apoio com partidos relativamente simpáticos ao seu programa governamental.” (SANTOS, 1997, p. 3).

<sup>3</sup> O multipartidarismo, em Moçambique, começou em 1994, quatro anos após a entrada da nova Constituição de 1990), que revoga a de 1975 (monopartidária e socialista). Os mandatos são, diferentemente do Brasil, de cinco anos; sendo 1º mandato (1995-1999); 2º (2000-2004); 3º (2005-2009); 4º (2010-2014) e 5º (2015-2019).

apresentados os manifestos eleitorais em Moçambique e no Brasil, para se dizer que correspondem aos anseios do eleitorado, no que diz respeito às políticas de (expansão) da educação básica? Que proposta/medidas visualizam ou não as finalidades e meios para o alcance dessas propostas? Haverá tendências explícitas que correlacionam as linhas ideológicas e o enfoque no capital ou social nas propostas dos partidos moçambicanos (2014-2019) e brasileiros (2019-2022)?

## Dimensão comparativa do estudo: dificuldades com tipologias

Em termos de metodologia, embora não seja um trabalho rigidamente do campo de Estudos Comparativos<sup>4</sup>, trabalharemos com uma análise espacial, temporal e metodológica de contextos distintivos: partidos de **direita** *vis-a-vis* de **esquerda**; educação para o **capital** e/ou para o **social**; mecanismos de **desconcentração** e/ou de participação **deliberativa**. A dificuldade de usar a tipologia como critério rígido é apontada por Mayer (2013), como um equívoco e cita que, por exemplo, na América Latina, em que

[...] os países da região atravessaram diferentes contextos históricos que acabaram por produzir diferentes tipos de formações e sistemas partidários [...] O Brasil é visto por diversos autores como um caso de subdesenvolvimento partidário, pois seu atual sistema é baseado nas elites subnacionais causando um sistema muito fragmentado e com poucas ligações entre a sociedade e os partidos. (MAYER, 2013, p. 150)

Embora a categorização não seja o nosso foco e, mesmo reconhecendo o equívoco que isso traz nas análises, optamos por usar esse modelo. Como forma de facilitar a ilustração dos resultados da análise, também foi apoiada em tabelas e esquemas, mas sempre baseados nas categorias anteriormente anunciadas.

Devido à diferença de contextos (Moçambique e Brasil), em termos de mandatos, optamos por trabalhar com manifestos de períodos distintos (2014-2019 e 2019-2022). Não obstante, em Moçambique, no dia 10 de outubro de 2019, ocorreram eleições municipais e, não sendo muito relevantes os manifestos atuais e, pelo nível de descentralização, usaremos a análise dos discursos das campanhas eleitorais em cursos, para aferir as semelhanças com os manifestos dos três partidos. Esse ponto é importante, também tendo em conta que a Nova Emenda Constitucional (2018), prevê a aceleração da descentralização para os pleitos eleitores posteriores (2020-2024). Tal serve de ensaio para perceber a concepção de políticas educacionais nos municípios; já que isso faz parte dos mecanismos de gestão previstos nos manifestos eleitorais. Sendo um trabalho comparativo, destaque seis manifestos eleitorais, três para cada país, sendo, por ordem de tendências teóricas: **Direita** (1) – **Centro** (2) – **Esquerda** (3).

<sup>4</sup> Por não se seguir os princípios da Ciência de Educação Comparada, elencando, nomeadamente as definições das dimensões; apresentação de modelos metodológicos e escolha de funções de comparação. No entendimento de muitos teóricos dessa ciência, “[...] enquanto área de estudos, transcende as intenções de reconhecimento de perfis de semelhanças e dessemelhanças de realidades educacionais, para tentar lograr explicações mais complexas sobre as coincidências ‘ou parentesco político’ dos sistemas e práticas educacionais, seja em âmbito internacional, intranacional e/ou transnacional, em termos presente e de futuro”. (CERVI, 1986, p. 43)

Agenda sobre expansão da educação básica nos manifestos eleitorais: “direita-esquerda” em Moçambique e no Brasil (2014-2018)

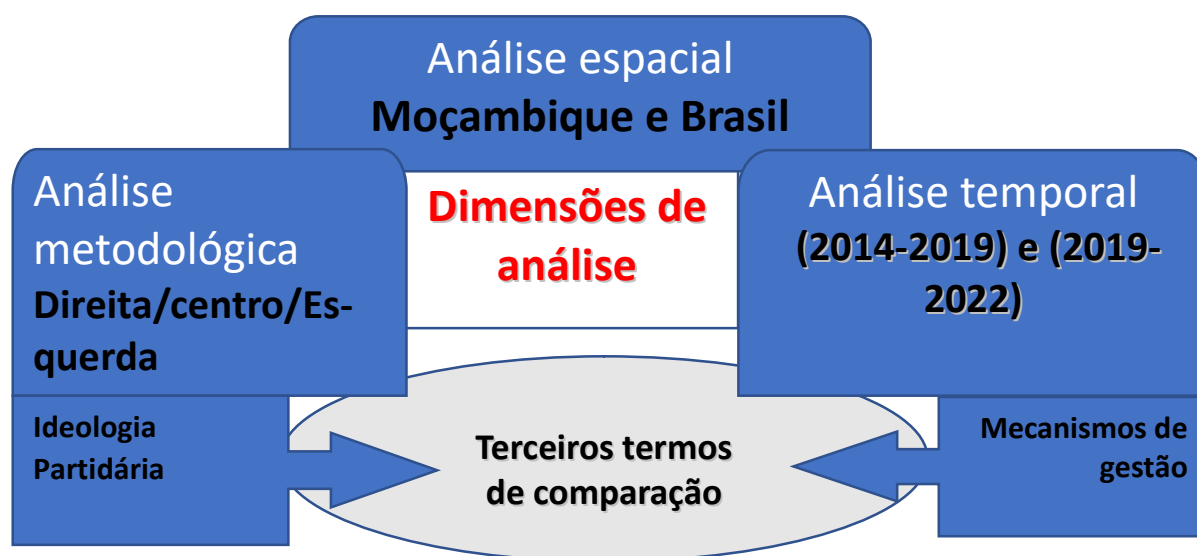
### Quadro 01: representantes e partidos analisados

TERCEIROS TERMOS	TENDÊNCIA	REPRESENTANTE	PARTIDOS	
			SIGLAS	NOME
MOÇAMBIQUE (2014-2019)	1	Afonso Marceta Macacho Dhlakama	RENAMO	(Resistência Nacional Moçambicana)
	2	Davis Mbepo Simango	MDM	Movimento Democrático de Moçambique
	3	Jacinto Filipe Nyusi	FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
BRASIL (2019-2022)	1	Geraldo Alckmin	PSDB	Partido Social Democrata do Brasil
	2	Marina Silva	REDE/PV	Coligação Unidos para transformar o Brasil
	3	Fernando Haddad	PT/PCdoB/PROS	Coligação o Povo Feliz de Novo

Fonte: elaborado pelo autor do artigo.

Além dos aspectos práticos, mencionados acima, vamos fazer um estudo teórico sobre a literatura que debruça tanto do papel do legislativo no poder executivo, assim como aquela específica a abordagens referentes à discussão entre educação e neoliberalismo e educação e socialismo, como forma de aprofundar a questão de educação como política social e essa como consequência da política (*politics*) – partido.

Do quadro acima surgiu uma análise comparativa espacial, metodológica e temporal que permitiu, dum lado agrupar os partidos e, doutro fazer uma análise específica tendo em conta as dimensões anteriormente mencionadas.

**Figura1: Esquema de comparação dos manifestos eleitorais**

Fonte: elaborado pelo autor do artigo

Tendo em conta esses aspectos e, reconhecendo as peculiaridades dos partidos - Brasil e Moçambique – associamos as análises aos planos educacionais vigentes na meso e macroestrutura na formulação e implementação de políticas públicas de educação. Nesse sentido, para o Brasil o sentido foi de entender os conteúdos dos manifestos eleitorais em relação ao Plano Nacional de Educação (2014) e, no contexto moçambicano, houve necessidade de entendê-los na relação com a Agenda Globalmente Estrutura da Educação que, por via dessa há tendências de seguimento às recomendações os Organismos Multilaterais (OM), desde as de Joimtein (1990), passando por Dakar (2000) até de Incheon (2015).

## Expansão educação básica nos manifestos eleitorais

A relação entre o papel da política partidária e a política educacional pode ser analisada sob vários olhares, o que dificultou o afunilamento das questões tratadas neste artigo. Não obstante podemos dimensioná-la a partir das tendências ideológicas, sendo que partidos de esquerda pautam por uma educação de cariz social e os de direita para o capital em suas políticas públicas. Políticas públicas, neste artigo, referir-se-á a

[...] um dos mecanismos do estado de alocação e distribuição de valores, [embora] a distinção entre política social e política econômica [seja] problemática na medida em ambas compõem uma totalidade, ou seja, estratégias manipuladas pelo Estado [...]. Nesta esfera, o setor social é composto pelos seguintes ministérios [no caso brasileiro]: Saúde, Previdência Social e Assistência Social e Assistência Social, Educação e Cultura e das Comunicações. (GONZALEZ, s.d., p. 7)

Tal como afirmam autores dessa área, embora haja uma percepção de que os manifestos eleitorais possam vislumbrar a direção da educação, da educação básica nesse contexto, há também diferenças significativas nos discursos analisados

Agenda sobre expansão da educação básica nos manifestos eleitorais: “direita-esquerda” em Moçambique e no Brasil (2014-2018)

(GOUVEIA, 2008; GONZALEZ, s.d.). Isso implicou um desdobramento de análise para se descrever outros cenários que influenciam tal tendência.

Ademais, enquanto, na generalidade, os manifestos eleitorais brasileiros explicitam um pouco essa diferenciação (direita-esquerda), mesmo no estudo da Gouveia (2009); a tendência à inserção no processo da industrialização, caracterizou ao que Dale (2004) chama da Agenda Globalmente Estruturada da Educação em que os países periféricos se identificam na lógica de desenvolvimento capitalista – tratando a educação como uma agenda comum<sup>5</sup>. Como exemplo disso, a FRELIMO, que ideologicamente é um partido de esquerda, incentivou sua agenda, no primeiro mandato (1995-1999), políticas públicas educacionais, tipo neoliberal, “concordando” com as recomendações da Declaração de Joimtein na política nacional de Educação (PNE, 1995), que propõe políticas de expansão da educação básica na ótica do minmax.

Portanto, pretende-se massificar o acesso da população à educação e fornecer uma educação com uma qualidade aceitável, isto é, uma educação com um conteúdo apropriado e um processo de ensino-aprendizagem que promova a evolução contínua dos conhecimentos, habilidades, atitudes e valores, de modo a satisfazer os anseios da sociedade. (REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, 1995, p. 2).

Tal pode justificar, por exemplo, que o manifesto eleitoral da FRELIMO, em Moçambique, tenha incentivado políticas públicas educacionais, tipo neoliberais, para se satisfazer das recomendações dos OM cuja tônica propõe políticas de expansão da educação básica, na ótica do Estado Mínimo e avaliação por resultados – **minmax**. Nesse sentido, podemos corroborar com a tipologia de Wolinetz (2009), que classifica os partidos tendo em conta os seus objetivos. Na visão desses autores, é preciso alertar que

[...] os partidos políticos não devem ser classificados de acordo com suas estruturas, mas sim de acordo com seus principais objetivos [nomeadamente]: a) *rent-seeking*: o foco principal da organização está na ocupação de cargos nos governos, o mais importante é ser parte da coalizão de governo, não necessariamente “encabeçá-la”; b) *policy-seeking*: o principal objetivo do partido é a realização de seu programa partidário, são partidos que focam implementar sua ideologia e, c) *public-seeking*: o ganho eleitoral é a principal razão da existência da organização, o partido aqui não busca apenas compor a coalizão de governo, mas liderá-la. (MAYER, 2013, p. 149)

Nessa ótica, fazendo uma análise da própria FRELIMO, vê-se que quanto mais Moçambique se insere no neoliberalismo, as políticas educacionais tendem a se deslocar do cariz social (esquerda, Lei 4/83) para o capital (direita, Lei 6/92), como evidencia o quadro a seguir, entre a fundação do partido e o atual cenário.

<sup>5</sup> “Para o fazer, contrasta duas abordagens dessa relação, uma designada ‘Cultura Educacional Mundial Comum’ que foi desenvolvida ao longo de vários anos pelo professor John Meyer e seus colegas da Universidade de Stanford (Califórnia), outra referida como ‘Agenda Globalmente Estruturada para a Educação’ que é desenvolvida pelo autor deste trabalho”. (DALE, 2004, p. 423)

### Quadro 02: tendências da FRELIMO no contexto de políticas de esquerda-direita

CATEGORIAS	Lei 4/83	Lei 6/92
<b>Ideologia/contexto político</b>	Socialismo (monopartidarismo, democracia popular)	Capitalismo (multipartidarismo, democracia representativa)
<b>Provedor da educação</b>	Apenas o Estado	Estado e a Sociedade civil
<b>Finalidade das políticas educacionais</b>	Socialização da educação	Liberalização/mercantilização da educação
<b>Garantia da educação</b>	Todos os níveis	Apenas o ensino básico é obrigatório/gratuito

Fonte: elaborado pelo autor baseado nas leis 4/83 e 6/92.

Foi possível entender que a FRELIMO pós 6/1992 se identifica mais com o projeto neoliberal de expansão da educação (básica). Todavia, se considerarmos as origens do partido – enquanto tipologia – é uma manifestação de massas, faz com que resquícios esquerdistas, prosseguindo a trajetória governativa (1994-2018), continuem a tender para o social. Essa visão corrobora com as debatidas por Gouveia (2009) e Meyer (2013) ao clarificar como a formação e trajetória dos partidos podem influenciar na análise do seu empenho na formulação de políticas sociais, embora a participação desse ator – partido político – seja bastante problemática, sobretudo quando tratado, não poucas em seus posicionamentos dentro das várias coalizações.

Tal problemática se refere tanto pelo espectro meramente de classificação, assim como por via de aspectos ideológicos. Para Mayer (2013), pode-se usar as tipologias para entender como os posicionamentos dos partidos podem ditar ou não a sua relação com a sociedade/estado e/ou governo/sociedade, na análise. Outro ponto que o autor ressalta é o destaque em relação a política pública, embora tal não facilite um estudo classificatório pelo recorte, por exemplo, da política educacional, como o que temos verificado neste trabalho em relação a FRELIMO, sobretudo.

Todavia, com argumentos de Mayer (2013), é possível separar algumas dimensões – tipologias mais abrangentes, como é caso de partidos de massa e partidos de quadro. Essa dimensão ajuda a entender, ainda que uma dimensão e construção teórica, para diferenciar aqueles partidos cuja formação se deu mais ou não fora das massas ou dentro do cenário de grupos mais individualizados (FRELIMO, por exemplo, é das massas, e a RENAMO e o MDM surgiram no contexto de grupos mais individualizados). Além dessa constatação, o autor nos alerta para se entender que tal também acompanha os contextos históricos e/ou globais, o que na prática, a história original pode não facilitar o entendimento dos novos desafios. Aliás, é perceptível o declínio de algumas dessas funções e formas, que deram lugar, por exemplo, ao aparecimento de organizações da sociedade civil que se ocuparam mais na mobilização social, empurrando, não poucas vezes, os partidos a terem suas atividades mais de cunho “eleitoralistas” e governamentais, do que da relação estado/sociedade.

Sobre a nossa dimensão de análise – direita/centro/esquerda e apoiando-se na Gouveia (2008, 2009), na trajetória prática, no contexto da política educacional, deu para entender como os dois contextos (Brasil e Moçambique) nos conduzem a encontrar algumas nuances, num estudo comparativo dos partidos políticos, sob um prenúncio da gestão política e seus efeitos na expansão da educação básica. Ademais, a autora, por exemplo, enfatiza a necessidade de se entender que “[...] a conjuntura



Agenda sobre expansão da educação básica nos manifestos eleitorais: “direita-esquerda” em Moçambique e no Brasil (2014-2018)

educacional se movimenta [e] o embate político faz sentido”. Precisa-se sofisticar os instrumentos de análise da conjuntura para que os resultados “saídos” das pesquisas contribuam para a construção de percepção melhor sobre os partidos políticos, embora se possa identificá-los de esquerda e/ou de direita. Tal nos foi possível neste artigo, já que nossos elementos para análise foram apenas os manifestos eleitorais.

Não obstante, a primeira constatação é que a disputa política conjuntural é relevante para compreender a vida em sociedade; e que os partidos políticos; por via da pequena política – política social, podem ser melhor percebidos no âmbito local do que os seus extremos Esquerda↔Direita – grande política. A história partidária informa ao eleitor na hora de decisão; não obstante o *continuum* Direita↔Esquerda, coloca essa história indistinta no centro [nas expressões da Lúcia Wenderlay Neves (2010) há mais tendências de “direita para o social e esquerda para o capital”]. Mesmo assim, nos seis manifestos eleitorais analisados, prevalece o entendimento de que os partidos ocupam posições antagônicas no espectro político, como foi referenciado, por Gouveia (2008). Nesse entendimento, e corroborando com a perspectiva da autora, podemos esquematizar esse antagonismo, nos manifestos eleitorais, da seguinte forma:

**a) Esquerda** → transformação social → justiça social → democratização da gestão pública → possibilidade de a população decidir sobre a política e controlar a execução das políticas.

**b) Direita** ⇒ aperfeiçoamento da sociedade vigente ⇒ formação do indivíduo apto à adaptação aos desafios contemporâneas ⇒ solução no mercado ⇒ uma participação periférica no projeto de gestão pública.

No Brasil, por exemplo, se atentarmos a pesquisa da Gouveia (2009), não encontraríamos, a *propi*, diferenças significativas nas políticas educacionais em relação a expansão do ensino (acesso); entretanto, em relação à gestão há grandes disparidades – tendências “gerencialista” em oposição a “democratizantes”, nos polos direita e esquerda, respectivamente. Segundo a autora, quanto ao financiamento, há um maior esforço municipal para seu aumento à esquerda. Essas conclusões encontradas nas constatações específicas ajudam-nos a perspectivar o comportamento das propostas analisadas, como espelhou o quadro a seguir.

### Quadro 03: Perspectivas de propostas de gestão de esquerda e de direita

Comparando	Esquerda perspectiva democrática	Tendências centrais	Direita perspectiva gerencial
<b>Acesso à escola</b> Diferenças pouco significativas <b>Garantir o direito à educação</b>	Mais vagas Maior rácio Voluntários	Educação infantil Qualidade (!!!) Educação fundamental Educação especial EJA	Menos vagas Menos rácio Convênios
<b>Gestão dos sistemas das escolas</b>	Modelo gerencial Participação subordinada Desconcentração	Grandes Diferenças	Perspectiva democrática Participação deliberativa Institucionalização da participação
<b>Financiamento</b>	Menos	Arrecadação da	Mais

<b>da educação municipal</b> Fortes nuances de Diferenciação <b>Política Nacional de financiamento público (Fundef, Lei de Responsabilidade Fiscal)</b>	Menor	receita de imposto	Realização da despesa (gasto por aluno)	de da (gasto por aluno)	de da (gasto por aluno)	de da (gasto por aluno)	de da (gasto por aluno)
	Menor	Enxugamento da máquina pública, gastos com o pessoal	Esforço do investimento na área da política social	PIB per capita em relação a educação	Comum	Comum	Comum

Fonte: Gouveia (2008).

Os dados do quadro acima nos ajudaram a compreender como as propostas analisadas tende a distinguir os partidos em seus posicionamentos (esquerda-centro-direita); tanto em Moçambique como no Brasil, no que diz respeito a gestão. Não sendo surpreendente, na sua generalidade, independente da dimensão espacial nos é possível agrupar os seis partidos nessas três posições: FRELIMO e PT; MDM e REDE; RENAMO e PSDB. Tal nos remete a pensar que a ideologia partidária pode influenciar o contexto de elaboração das propostas que ditam os mecanismos de gestão das políticas públicas para a educação básica, não obstante algumas nuances. O mesmo acontece quando essa dimensão comparativa é associada a categoria direita para o capital e esquerda para o social, como ilustra o quadro abaixo, em relação aos seis partidos analisados.

#### Quadro 04: descentralização e tendências para o capital nos manifestos eleitorais

Dimensões	Esquerda		Centro		Direita	
	PT	FRELIMO	REDE	MDM	PSDB	RENAMO
Descentralização	+	-	+/-	+/-	-	+
Tendência para o capital	+/-	+/-	+/-	+/-	+	+/-
Tendência para o social	+	+	+	+	+/-	+

Fonte: elaborado pelo autor do artigo.

A partir do quadro, não parece possível afirmar que estes partidos representam os projetos educacionais nos polos à direita e à esquerda, o que acontece, ademais, é atendimento a correlação das forças, para responder às diferentes pressões. E, tratando-se da expansão da educação, que é mais fácil de entender, por se tratar de uma questão social, há uma aproximação da direita e esquerda para tendências sociais.

## Constatações específicas de cada proposta

Um dos objetivos deste artigo era identificar nos manifestos eleitorais a visualização de medidas e meios que galvanizam a expansão da educação nos dois contextos. Tal como avançamos nos dados anteriores, foi nosso entendimento de que os partidos ideologicamente de esquerda colocam nas propostas a socialização da educação, embora estejamos em momento de “mercantilização” das políticas sociais: FRELIMO no lado de Moçambique e PT para o Brasil. Dentre as várias constatações podem citar algumas, por partido:

### **1) Em relação ao Brasil:**

#### *a) Alckmin e o PSDB:*

- i. Investimento na educação básica, mas com foco no PISA – avaliação pelos resultados;
- ii. Investimento na formação e qualificação, mas de forma genérica;
- iii. Fortalecimento das parcerias, fala da autonomia dos estados e municípios, mas não clarifica a questão do financiamento.

Em relação a essa proposta, o manifesto ignora a especificidade pedagógica da educação infantil e reintegra-a em perspectiva assistencialista junto aos outros serviços públicos. A questão da percepção democrática quase que não se dá explícita. A tendência ao assistencialismo foi notória, também, no discurso de partidos moçambicanos, o que, dum lado mostra uma tendência de correção de políticas públicas em curso, que não estando a resolver os problemas, coloca aos políticos a necessidade de se levantar tal bandeira, mas não é o caso brasileiro. Do outro lado o assistencialismo é evocado como forma de se fazer valer ao eleitorado – quando entendido como forma de relação entre os partidos e a sociedade (MEYER, 2013). Essa relação precisa ser esclarecida em relação aos municípios.

No entender da Vieira (2010) essa relação na hora de formulação se revelará em processo de “conquistas-dificuldades-desafios”, sobretudo, quando pensado num regime federativo, “em política educacional, nem sempre o sentido das ações é claramente visível aos olhos do presente”. Por exemplo, no caso Ceará, isso significou; por conta das peculiaridades de ser um estado com forte participação comunitária e do espírito da “alma sertaneja”, que o município acabou sendo o ente que mais assumiu o contexto da política – “sapo não pula por boniteza, mas, porém, por precisão” (VIEIRA, 2010, p. 281). Nisso os municípios acabam sendo o elemento-chave na colaboração e, ao mesmo tempo, assumindo encargos que ultrapassam sua capacidade técnica e, – o estado perdendo seu controle – cria-se um desafio de a união ter que “atropelar” o estado, para se fazer valer o pacto colaborativo, próprio do federalismo brasileiro.

#### *b) Marina e a REDE:*

- i. Ênfase na educação como direito para o desenvolvimento econômico;
- ii. Articulação entre estados e municípios;
- iii. Valorização do professor;
- iv. Continuidade de implementação da BNCC.

Embora a proposta da Rede fale do mecanismo de parceria, nos pareceu-se que fê-lo de forma mais genérica, o que pressupõe uma interpenetração do público privado e não uma escola propriamente pública.

#### *c) Haddad e PT:*

- i. Reconhecimento de uma educação com interfaces no social;
- ii. Ênfase na educação como instrumento para o desenvolvimento econômico e social;

iii. Expansão da educação básica integral.

Uma nota que mereceu nosso reparo nessa proposta tem a ver com a questão do pacto colaborativo do federalismo. No que diz respeito à colaboração entre união-estados-município, parece faltar uma forte incidência sobre a sua regulamentação, para que de fato isso ajude a resolver, como mecanismo de gestão, as assimetrias. No entendimento de Vieira (2010, p. 271)<sup>6</sup>, a questão do federalismo coloca-nos a um desafio de ter que perceber por via do “Sapo não pula por boniteza, mas porém, por precisão [que, por exemplo,] Ceará é a unidade da federação com maior participação municipal na oferta de ensino fundamental”, por via de um comprometimento forte com pacto colaborativo.

**2. Notas em relação aos manifestos eleitorais de partidos moçambicanos:**

*a) Nyusi e FRELIMO:*

- i. Defesa de parcerias público-privado;
- ii. Reafirmação do acesso/qualidade de ensino como forma de alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) – agenda globalmente estruturada da educação;
- iii. Profissionalização docente, baseada em competências (gerencialismo).

Diferentemente do PT (esquerda), a maior defesa dos pontos tratados aqui é com base na Agenda Globalmente Estruturada da Educação (DALE, 2004).

*b) Simango e o MDM:*

- i. Ênfase na melhoria da qualidade de ensino via investimentos “expressivos” na educação básica;
- ii. Ligação entre o ensino básico e a pesquisa (bolsas para o ensino superior);
- iii. Apresentação de forma explícita sobre a valorização do professor e outros profissionais.

Embora enfatize a garantia do livro gratuito na educação básica, não clarifica a questão do financiamento.

*c) Dhlakama e a RENAMO:*

- i. Ênfase na construção de uma educação que articula o social e o econômico;
- ii. Garantia de articulação entre a pré-escola e a educação básica;
- iii. Ênfase na gestão participativa, envolvendo a eleição de cargos de direção

Embora fale da participação da comunidade, não especifica a atuação do poder central nos mecanismos de gestão propostos.

Comparados os dois contextos nos foi possível entender que por parte do Brasil, tendo uma democracia mais consolidada e pouca dependência aos países centrais, os manifestos eleitorais se posicionam em relação ao Plano Nacional de Educação – aceitando ou omitindo suas recomendações em termos de metas para a educação básica. Contrariamente a Moçambique, os partidos têm desenhado suas agendas de governação olhando para a Agenda Globalmente Estruturada da Educação. Na maior parte das propostas de expansão da Educação Básica parece haver uma tendência de

<sup>6</sup> Ela mostra, como, por via do pacto colaborativo, o Estado de Ceará teve um incremento no atendimento da educação básica acima da média nacional – um incremento de acima de 1/5 (22.51%). O Ceará teve 77.16%, enquanto, nessa altura, segundo a autora, citado EDUCACENSO (2009), o Brasil tinha 54.65% de cobertura estadual. Historicamente tal se deu por três etapas da formulação das políticas: **instituição** (1995-2002); **organização** (2003-2006) e **fortalecimento** (2007-em diante).

Agenda sobre expansão da educação básica nos manifestos eleitorais: “direita-esquerda” em Moçambique e no Brasil (2014-2018) autoavaliação em relação aos ODMs que, via das recomendações de Joimtem, Dakar e Incheon, os partidos se posicionam o quão importante estariam alcançando cenários globalmente acordados (DALE, 2010).

## Considerações Finais

A temática debatida em torno da agenda sobre expansão da educação básica nos manifestos eleitorais: “direita-esquerda” em Moçambique e no Brasil (2014-2018) foi apresentada tendo em conta três questões básicas: o espectro ideológico, relação entre as medidas propostas e os meios para o seu alcance e aproximações entre os dois contextos. Nos manifestos eleitorais a expansão da educação básica tende a corresponder a uma agenda para o desenvolvimento social e econômico enquanto pauta de relação entre os partidos-governos e a sociedade. De modo geral as propostas não vislumbram as grandes diferenças ideológicas, o que pressupõe um reconhecimento do enfrentamento social da educação. Contudo, algumas nuances aparecem na forma como os partidos propõe os mecanismos de gestão; uns mais para participação outros mais para a desconcentração e/ou novas formas de gestão gerencial, sobretudo os de direita. Em termos dos contextos, foi nos possível encontrar grandes diferenças, sendo que os “manifestos brasileiros” tendem a olhar o Plano Nacional de Educação como o ponto de partida, afastando-se ou acatando-o; pelo contrário o contexto moçambicano se ateve mais à Agenda Globalmente Estruturada da Educação.

## Referências

AVRITZER, Leonardo e ANASTASIA, Fátima (*orgs*). **Reforma política no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

CERVI, Rejane de Medeiros. O significado curricular da educação comparada. **Educar em Revista**. Curitiba, nº 5(1/2), p. 33-50, jan/dez, 1986. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-40601986000100004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40601986000100004)>. Acessado em: 01 jun. 2019.

DALE, Roger. Globalização e educação: demonstrando a existência de uma “cultura educacional mundial comum” ou localizando uma “agenda globalmente estruturada para a educação?”. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 25, n. 87, p. 423-460, maio/ago. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S0101-73302004000200007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-73302004000200007&lng=en&nrm=iso&tlng=pt)>. Acessado em: 01 jun. 2019.

FIGUEIREDO, Argelina. C.; LIMONGI, Fernando. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: FAPESP, 1999.

GONZALEZ, Wânia R. Coutinho. **Partidos políticos e educação: os projetos neoliberal e social: PFL, PRN, PDT e PT**. Dissertação apresentada ao Instituto de Estudos avançados em Educação da FGV/RJ, s.d.

GOUVEIA, Andréa B. **Partidos políticos e trajetórias da política educacional municipal: Um estudo sobre uma administração do PFL em Curitiba e do PT em**

Londrina (2001-2004). Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2008.

GOUVEIA, Andréa Barbosa. Direita e esquerda na política educacional: democracia, partidos e disputas entre projetos de administração pública municipal no Brasil. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, vol. 90, n. 224, jan/abr, 2009, p. 32-58.

MAYER, Rodrigo. **O uso das tipologias para o estudo dos partidos políticos**. In: GALLO, Carlos Artur; SOUZA, Bruno Mello; MARTNS, Joyce Leão (org.) **Ciência Política Hoje**. Porto Alegre: Evangraf, 2013, p. 141-161.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **A nova pedagogia de hegemonia: estratégia do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005.

OLIVEIRA, Rosimar de Fátima. A agenda do Legislativo Federal para as políticas curriculares no Brasil (1995-2007). **Educação e Pesquisa**. São Paulo, vol. 35; set/dez, 2009, p. 541-555.

OLIVEIRA, Rosimar de Fátima. O papel do poder legislativo na formulação das políticas educacionais. **RBPAE - Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 24, n. 2, p. 235-247, mai./ago. 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/Dell/Downloads/19253-69663-1-PB.pdf>. Acessado em: 01 mai. 2019.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE. **Política e Estratégias de Implementação de Educação**: resolução nº 8 / 95. Maputo: Minerva Central, 1995.

SANTOS, Fabiano. **Patronagem e poder de agenda na política brasileira**. **Dados**, vol. 40, nº 3, Rio de Janeiro, 1997.

VIEIRA, Sofia Lerche. Educação básica no Ceará: construindo um pacto colaborativo. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela e SANTANA, Wagner (orgs). **Educação e federalismo no Brasil: Combater as desigualdades, garantir a diversidade**. Brasília: UNESCO, 2010, p. 271-286.

**Recebido em: 20/05/2019.**

**Aprovado em: 24/08/2019.**